

**ATO 008/PS/005/2016**  
**DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO**  
**PRELIMINAR**  
**DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público o Julgamento dos Recursos contra questões de prova e Gabarito Preliminar, conforme segue:

**QUESTÃO 05 - LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL MÉDIO**

**Candidatos: 506357 Antoniely Marlize Jaguezeski. Técnico (a) de Apoio Administrativo**  
**511864 Fabricio Veeda Chiabotto Duarte. Técnico (a) de Apoio Administrativo**  
**512213 Celsiane Teilonara Ziliotto. Técnico (a) de Apoio Administrativo**  
**514241 Guilherme De Lima Schwaikartt. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** Candidatos solicitam anulação da questão alegando que houve uma dupla interpretação do sentido da frase. A Banca classificou ambiguidade como "afirmação da contradição, ou seja, de dois sentidos opostos ao mesmo tempo." (letra A da questão). Na ambiguidade há apenas dois significados para a mesma expressão, não sendo necessariamente contrários. Sendo que a ambiguidade é a apresentação de mais de um sentido a um determinado termo ou palavra (letra B da questão). Solicitam a correção do gabarito, crendo que a resposta correta é a letra B. Solicitam ALTERAÇÃO de gabarito. Há que se alterar o gabarito para a LETRA B, pois aí encontramos a melhor descrição do que seja ambiguidade.

**Decisão: DEFERIDO:** Assiste razão aos recorrentes ao alegarem tais afirmações, pois realmente ao invés da contradição entre termos ou sentidos a ambiguidade se refere a sentidos diferentes em relação a um determinado termo ou palavra. Assim a resposta correta ao enunciado da questão é a Letra "B". Diante do exposto esta Banca decide por deferir os recursos alterando-se o Gabarito para **Letra B**.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABAURRE, M. L., PONTARA, M. N. & FADEL, T. *Português: língua e literatura*. São Paulo: Moderna, 2000.

**QUESTÃO MANTIDA. ALTERA-SE O GABARITO PARA LETRA B.**

---

**QUESTÃO 03 - LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR**

**512502 Isadir Osília Da Rosa. Professor (a) de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano (habilitado)**

**ALEGAÇÃO:** Candidata alega que a questão é duvidosa, assim como "quicá" o conectivo "todavia" (conectivo coordenativo) também poderia ser usado para preencher a lacuna, sem alterar o sentido da oração. Embora este conectivo indique relação de oposição, ressalva, restrição, indiretamente indica dúvida, pois, como a reunião ainda não aconteceu, ( o verbo "faltará", evidencia ) poderá Josué vir a faltar, mesmo que isso não seja sua prática. Evidentemente, de maneira direta o conectivo "quicá" indica dúvida, mas o verbo faltar colocado no tempo futuro, leva a entender que existe uma dúvida em relação à participação ou não de Josué na referida reunião. Solicita anulação da questão.

**Decisão: INDEFERIDO:** Não assiste razão a recorrente ao alegar, pois o conectivo "todavia" não indica dúvida, mas sim uma espécie de certeza, pela via negativa (no caso do exemplo, de que Josué faltará a reunião dos professores). Somente o conectivo "quicá" indica dúvida. Por isso esta Banca **indefere** o pedido e **mantém a questão**.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABAURRE, M. L., PONTARA, M. N. & FADEL, T. *Português: língua e literatura*. São Paulo: Moderna, 2000.

ILARI, R. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.

**QUESTÃO MANTIDA**

---



**QUESTÃO 05 - LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR**

**513124 Marina Pegoraro. Fisioterapeuta**

**ALEGAÇÃO:** Candidato alega que o assunto abordado na questão não constava nos conteúdos previstos em edital.

**Decisão: INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar tal afirmação, pois o assunto foi previsto a partir do tópico classes morfológicas, do qual os numerais são uma das dez classes de palavras integrantes. Por isso esta Banca **indefere** o pedido e **mantém a questão**.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABAURRE, M. L., PONTARA, M. N. & FADEL, T. *Português: língua e literatura*. São Paulo: Moderna, 2000.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**QUESTÃO 07 - LEGISLAÇÃO NÍVEL SUPERIOR**

**512079 Jessica Michela Bartholamey. Enfermeiro**

**ALEGAÇÃO:** A candidata impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando em síntese que esta deve ser anulada porque, ao contrário do que foi noticiado pelo gabarito preliminar, a alternativa correta é a letra D e não C.

**Decisão INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão merece ser anulada. Isso porque, conforme divulgado pelo gabarito preliminar, a alternativa C da questão em análise realmente está correta conforme disposição do inciso I do artigo 52 da Constituição Federal: “Compete privativamente ao Senado Federal: I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República **nos crimes de responsabilidade**, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles” – grifo nosso.

Por fim, cumpre salientar que o Supremo Tribunal Federal somente é competente para processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República no caso de **infração penal comum** conforme determina a alínea “a” do inciso I do artigo 102 da Constituição Federal.

Diante destes fatos e fundamentos, não há que se falar em anulação da questão em apreço.

Referência Bibliográfica

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 21/01/2017.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**QUESTÃO 11 ESPECÍFICA FISIOTERAPEUTA**

**513124 Marina Pegoraro. Fisioterapeuta**

**ALEGAÇÃO:** Candidato solicita anulação da questão, alegando que a resposta dada no gabarito não está de acordo com o enunciado, gabarito errado. Sem demais justificativas.

**Decisão: INDEFERIDO:** Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que o recurso é inconclusivo, e a questão é baseada na obra de Freitas e Saadi (2004, p. 23-24), onde a descrição do enunciado corresponde a Dismetria (alternativa B – correta): “Dificuldade para colocar os membros corretamente durante o movimento voluntário. Normalmente pacientes com esse distúrbio superestimam (hipermetria), ou subestimam (hipometria) a amplitude do movimento necessário. Ou seja, ao querer pegar um pedaço de bolo no prato, ele pode ir além do pedaço ou não conseguir alcançá-lo, não atinge o alvo. Pessoas com dano cerebelar podem também apresentar tremor intencional, onde a mão oscila para frente e para trás enquanto por exemplo, tenta tocar o seu nariz ou o calcanhar por exemplo, pode oscilar enquanto tenta desliza-lo para baixo sobre a canela oposta. Este distúrbio resulta de erros no nível e frequência de produção de força. Vamos imaginar um paciente com lesão esquerda, ele pressiona o braço direito e o esquerdo contra molas de igual força, a tensão produzida pelo braço esquerdo apresenta lenta intensidade de surgimento e liberação do movimento comparada com o braço direito”.

Alternativa A – Ataxia: é o termo usado para descrever falta de coordenação apresentada por indivíduos com lesões cerebelares. A ataxia inclui vários traços distintos, porém nem todos precisam estar presentes para que uma pessoa seja descrita como atáxica.



Alternativa C – Assimetria: “É a falta de associação de movimentos na realização de atos complexos que exijam cooperação sinérgica de vários grupos musculares”

Alternativa D – Disdiadococinesia: “Pacientes com lesões cerebelares são incapazes de fazer movimentos alternados rapidamente. Essa alteração pode ser demonstrada pedindo ao paciente para percutir rapidamente suas mãos sobre os joelhos. Pessoas com lesões cerebelares, a atividade muscular antagonista, tipicamente se sobrepõe resultando em uma ação de quebra de movimentos, do ponto de atividades como escovar os dentes, e cortar a comida se tornem quase impossíveis de se realizar”.

**BIBLIOGRAFIA:**

Freitas, Prof. Ms. N.G; Saadi, A.V.S. SÍNDROME CEREBELAR: Alterações no controle motor decorrentes de lesões cerebelares. TCC pós graduação em psicomotricidade da Universidade Candido Mendes no projeto a vez do mestre. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/7/ALINA%20VARGAS%20DA%20SILVA%20SAADI.pdf>

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**QUESTÃO 28 - ESPECÍFICA FISIOTERAPEUTA**

**Candidato: 502931 Ezequiel Vitorio Lini. Fisioterapeuta**

**ALEGAÇÃO 01:** Candidato alega que diante de meus conhecimentos e experiência, balizados sempre pela literatura disponível em periódicos de artigos científicos e livros, estou em desacordo com a resposta da questão 28. Dentre os sintomas principais de DPOC, ou seja, compreendo ser os mais frequentes, deve-se considerar a dispneia e não apneia.

Solicita a Correção de gabarito. Modificar na questão 28 da prova de fisioterapia, tendo como resposta correta a opção D, dispneia.

**Candidato: 507000 Gilcimara Ferrazzo. Fisioterapeuta**

**ALEGAÇÃO 02:** Candidato alega que a Questão é confusa com relação a resposta das alternativas.

Na questão 28 pedia seus principais sintomas pois tinha mais que uma resposta tendo mais que um sintoma correto na questão elaborada. Não estava sendo específico o principal sintoma (um somente). Solicita a anulação da questão, recontagem dos pontos, correção do gabarito.

**Candidato: 511470 Daiara Rafaela Dresch. Fisioterapeuta**

**ALEGAÇÃO 03:** Candidato alega que o gabarito preliminar elencou, como resposta certa, a alternativa A (Apneia), porém não há como aceitar essa resposta como sendo a resposta correta.

Segundo George Jerre Vieira Sarmiento, em sua obra - Recursos em fisioterapia Cardiorrespiratória - "é recomendado que os pacientes com DPOC façam uso de técnicas de conservação de energia ao executar suas atividades cotidianas com a finalidade de diminuir a sensação de dispneia, reduzir e retratar o aparecimento das disfunções respiratórias durante a realização das atividades de vida diárias, aumentando, assim, sua capacidade funcional." Assim, fica evidente que, observando os ensinamentos do autor, o principal sintoma do paciente com DPOC é a DISPNEIA, e não apneia, como foi afirmado. Referencias bibliográficas: Sarmiento, George J. Vieira, Recursos em fisioterapia cardiorrespiratória, 1º ed, editora Manole, 2012.

Diante do exposto, requer: 1) Mudança do gabarito desta questão, alterando a resposta certa para a alternativa letra D) Dispneia; 2) Recontagem da minha pontuação, acrescentando a pontuação desta questão na minha pontuação final; 3) Alteração da minha classificação.

**Decisão referente à Questão 28 - FISIOTERAPEUTA: DEFERIDO:** Houve equívoco na elaboração do enunciado da questão 28. A Questão descrita corretamente deveria ser:

A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) caracteriza-se por sinais e sintomas respiratórios associados à obstrução crônica das vias aéreas inferiores, geralmente em decorrência de exposição inalatória prolongada a material particulado ou gases irritantes. O tabagismo é sua principal causa. O substrato fisiopatológico da DPOC envolve bronquite crônica e enfisema pulmonar, os quais geralmente ocorrem de forma simultânea, com variáveis graus de comprometimento relativo num mesmo indivíduo. Seus principais sintomas são: **Assinale a alternativa INCORRETA.**

A- Apneia

B- Tosse

C- Sibilância

D- Dispneia

Ao deixar de citar no enunciado que deveria ser assinalada a alternativa incorreta, a questão passou a apresentar mais de uma alternativa a ser assinalada, portanto, esta Banca decide por sua anulação.

**QUESTÃO ANULADA**

---

### **QUESTÃO 19 - ESPECÍFICA ENFERMEIRO**

**512079 Jessica Michela Bartholamey. Enfermeiro**

**ALEGAÇÃO:** Candidato solicita anulação da questão, ou troca de gabarito, de Alternativa D para A, uma vez que o conceito de morbidade e incidência são parecidos, e a falta de informação no enunciado traz prejuízo a interpretação.

**Decisão: INDEFERIDO:** Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que o enunciado é claro ao solicitar qual é a variável característica do conjunto dos indivíduos que adquirem doença num determinado período de tempo em uma determinada população, levando este a resposta de morbidade, em que mostra o comportamento das doenças e dos agravos à saúde na população.

A incidência, é um indicador para se estudar a morbidade, mas este se prende a incidência da doença, em um determinado local e período, é o número de casos novos da doença que iniciaram no mesmo local e período. Traz ideia de intensidade com que acontece uma doença numa população, mede a frequência ou probabilidade de ocorrência de casos novos da doença na população. A questão exige interpretação.

#### **BIBLIOGRAFIA**

PEREIRA, S.D. Conceitos e definições da Saúde e epidemiologia usados na Vigilância sanitária. São Paulo, 2004. Disponível em: [http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid\\_visu.pdf](http://www.cvs.saude.sp.gov.br/pdf/epid_visu.pdf)

**QUESTÃO MANTIDA**

---

### **QUESTÃO 21- ESPECÍFICA ENFERMEIRO**

**512079 Jessica Michela Bartholamey. Enfermeiro**

**ALEGAÇÃO:** Candidato solicita anulação da questão, alegando inúmeras contradições, como vacina de influenza em gestante não deve ser aplicada somente em campanha, vacina Hepatite B, deve iniciar após primeiro trimestre, então com 12 semanas e não 20 semanas, e que não se deve aplicar dt durante a gestação, somente dtpa.

**Decisão: INDEFERIDO:** Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez a alternativa A esta correta, e se encaixa em todos os critérios, lembrando que a gestante NÃO TEM registro vacinal, ou seja, para o profissional, ela nunca recebeu vacina. Desta forma, de acordo com o Caderno de Atenção Básica 32 – PN de baixo risco, paciente deve receber:

dT: A vacina dT é indicada para a proteção da gestante contra o tétano acidental e a prevenção do tétano neonatal. Gestante não vacinada e/ou com situação vacinal desconhecida: Deve-se iniciar o esquema o mais precocemente possível, independentemente da idade gestacional. No esquema recomendado constam três doses, podendo ser adotado um dos esquemas da tabela 7:

**Tabela 7 – Esquema de vacinação de dT**

| 1ª dose | 2ª dose                        | 3ª dose                        |
|---------|--------------------------------|--------------------------------|
| Precoce | 30 a 60 dias depois da 1ª dose | 30 a 60 dias depois da 2ª dose |
| Precoce | 60 dias depois da 1ª dose      | 60 dias depois da 2ª dose      |

Fonte: (BRASIL, 2001a).

De acordo com o Informe Técnico para Implantação da Vacina Adsorvida Difteria, Tétano e Coqueluche (Pertussis Acelular) Tipo adulto – dTpa, 2014, gestantes não vacinadas previamente deve-se administrar três doses de vacinas contendo toxoides tetânico e diftérico com intervalo de 60 dias entre as doses.

Administrar as duas primeiras doses de dT e a última dose de dTpa, preferencialmente entre 27ª e 36ª semanas de gestação.

Influenza: A vacina contra a influenza é recomendada a todas as gestantes em qualquer período gestacional.

Hepatite B: Por considerar os riscos da gestante não vacinada de contrair a doença e de haver transmissão vertical, o PNI reforça a importância de que a gestante receba a vacina contra a hepatite B



após o primeiro trimestre de gestação, independentemente da faixa etária. Três doses com intervalo de 30 dias entre a primeira e a segunda e de 180 dias entre a primeira e a terceira.

Cabe destacar, que de acordo com a recomendação da PNI, a vacina da Hepatite B deve ser aplicada após o primeiro trimestre, ou seja, após 18 semanas de gestação (início do 2º trimestre), no caso da gestante da questão, foi agendado para 20 semanas de gestação, respeitando a norma da PNI.

#### Tempo aproximado de gravidez

| meses  | semanas           | meses  | semanas           |
|--------|-------------------|--------|-------------------|
| 1º mês | 4 semanas e meia  | 5º mês | 22 semanas e meia |
| 2º mês | 9 semanas         | 6º mês | 27 semanas        |
| 3º mês | 13 semanas e meia | 7º mês | 31 semanas e meia |
| 4º mês | 18 semanas        | 8º mês | 36 semanas        |
|        |                   | 9º mês | 40 semanas e meia |

FONTE: MS, 2016.

Sendo assim, após 1 questão esta Correta, A.

#### **BIBLIOGRAFIA**

MS. Caderneta da Gestante. 2016. Disponível em:

[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/caderneta\\_gestante.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/caderneta_gestante.pdf)

MS. Informe Técnico para Implantação da Vacina Adsorvida Difteria, Tétano e Coqueluche (Pertussis Acelular) Tipo adulto – dTpa. Setembro de 2014. Disponível em:

<http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/junho/26/Informe-T--cnico-dTpa-2014.pdf>

MS. Caderno de Atenção básica nº32 – Atenção ao Pre-natal de Baixo Risco. Brasília, 2013. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_32.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf)

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---

#### **QUESTÃO 22 - ESPECÍFICA ENFERMEIRO**

**512079 Jessica Michela Bartholamey. Enfermeiro**

**ALEGAÇÃO:** Candidato solicita anulação da questão, alegando que há duas alternativas corretas, A e B, já que na modalidade I da equipe de saúde bucal, deve-se contar cirurgião-dentista e técnico de saúde bucal ou auxiliar de saúde bucal.

**Decisão: INDEFERIDO:** Banca avalia recurso e questão, mantendo-a, uma vez que, como a própria candidata alega que, pode haver na modalidade I, além do cirurgião dentista, técnica de saúde bucal OU auxiliar de saúde bucal, com jornada de 40 horas semanais, mas na alternativa A não traz a afirmação que pode haver técnico de saúde bucal OU auxiliar em saúde bucal, ela afirma apenas que deve haver cirurgião-dentista e técnico de saúde bucal.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

MS. Estratégia de saúde da família – Equipe de Saúde Bucal. Disponível em: [http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape\\_brasil\\_sorridente.php?conteudo=equipes](http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_brasil_sorridente.php?conteudo=equipes)

MS. Passo a passo das ações da Política Nacional de Saúde Bucal, 2016. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/passos\\_a\\_passo\\_ceo.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/passos_a_passo_ceo.pdf)

#### **QUESTÃO MANTIDA**

---

**QUESTÃO 16 - ESPECÍFICA PROFESSOR (A) DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO (HABILITADO)**

**512502 Isadir Osília Da Rosa. Professor (a) de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano (habilitado)**

**ALEGAÇÃO:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando que a questão possui mais que uma alternativa correta.

**Decisão: INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- A resposta certa (e esperada) é a alternativa “C”.

- Trata-se de uma questão que solicita a adequação de eixos temáticos X conteúdos da Língua Portuguesa e, nesse sentido, o enunciado da presente questão solicita de forma específica (...tópicos

ortográficos), o que corresponde a alternativa “C”. As demais alternativas apresentam conteúdos da ordem gramatical.

**Referência Bibliográfica:**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : 144p.

[Processo Seletivo Edital 001/2016 - Município de](#) PSS Cordilheira Alta

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**QUESTÃO 28 - ESPECÍFICA PROFESSOR (A) DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO (HABILITADO)**

**512502 Isadir Osília Da Rosa. Professor (a) de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano (habilitado)**

**ALEGAÇÃO:** O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada alegando que a questão possui mais que uma alternativa correta.

**Decisão: INDEFERIDO:** Não assiste razão ao recorrente ao alegar, sendo que:

- A resposta certa (e esperada) é a alternativa “D”.

- Trata-se de uma questão que solicita a adequação de eixos temáticos X conteúdos da Língua Portuguesa e, nesse sentido, o enunciado da presente questão solicita de forma específica (...tópicos gramaticais...), o que corresponde a alternativa “D”.

-Nas demais alternativas:

Alternativa “A”, conteúdo da forma lírica da linguagem, a oralidade.

Alternativa “B”, conteúdo da produção escrita

Alternativa “C”, conteúdo da oralidade.

**Referência Bibliográfica:**

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : 144p.

[Processo Seletivo Edital 001/2016 - Município de](#) PSS Cordilheira Alta

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**QUESTÃO 15 - ESPECÍFICA TÉCNICO(A) DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**514241 Guilherme De Lima Schwaikartt. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** A questão exigia conhecimentos não apontados no programa do edital.

A questão exigia conhecimentos específicos da Lei 4320/64 que trata Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Requer anulação desta questão por razões de direito e de justiça.

**Decisão: INDEFERIDO:** O Edital do Concurso Público é o documento legal que estabelece as regras e procedimentos de todo o certame. No que se refere ao Conteúdo Programático, o Edital deve mencionar as matérias (tópicos) a serem cobrados dos Candidatos e não necessariamente todos os artigos ou leis que serão utilizados. No caso da questão em análise, o Edital foi claro ao mencionar que seria cobrado o tópico “Finanças e Orçamento Público”, sendo impossível cobrar dos candidatos conhecimento sobre o tema sem que seja abordada a Lei Federal nº 4.320/1964, pois esta é a norma legal que trata, exclusivamente, do tema, todos os Entes Públicos devem seguir os dispositivos da Lei Federal nº 4.320/1964 para a elaboração do orçamento público e demais normas de finanças públicas. Diante do exposto, e considerando que estava previsto no Edital o conhecimento de “Finanças e Orçamento Público” esta Banca decide negar provimento ao recurso e manter a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 16 - ESPECÍFICA TÉCNICO(A) DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**514241 Guilherme De Lima Schwaikartt. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** A questão exigia conhecimentos de Lei não apontada no Edital do Concurso.

A questão 16 exigiu conhecimentos legais sobre pagamento, sobre operações de Receita de Capital, de Receitas Orçamentárias e outras despesas. A questão exigia conhecimentos específicos da Lei 4320/64 que trata Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Requer anulação desta questão por razões de direito e de justiça.

**Decisão: INDEFERIDO:** O Edital do Concurso Público é o documento legal que estabelece as regras e procedimentos de todo o certame. No que se refere ao Conteúdo Programático, o Edital deve mencionar as matérias (tópicos) a serem cobrados dos Candidatos e não necessariamente todos os artigos ou leis que serão utilizados. No caso da questão em análise, o Edital foi claro ao mencionar que seria cobrado o tópico “Finanças e Orçamento Público”, sendo impossível cobrar dos candidatos conhecimento sobre o tema sem que seja abordada a Lei Federal nº 4.320/1964, pois esta é a norma legal que trata, exclusivamente, do tema, todos os Entes Públicos devem seguir os dispositivos da Lei Federal nº 4.320/1964 para a elaboração do orçamento público e demais normas de finanças públicas. Diante do exposto, e considerando que estava previsto no Edital o conhecimento de “Finanças e Orçamento Público” esta Banca decide negar provimento ao recurso e manter a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 17 - ESPECÍFICA TÉCNICO(A) DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**514241 Guilherme De Lima Schwaikartt. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** A questão exigia conhecimentos de Lei não apontada no Edital do Concurso.

A questão exigia conhecimentos específicos da Lei 4320/64 que trata Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Ocorre que a Lei 4320/64 não consta do Programa de estudos descrito no Edital. Requer anulação desta questão por razões de direito e de justiça.

**Decisão: INDEFERIDO:** O Edital do Concurso Público é o documento legal que estabelece as regras e procedimentos de todo o certame. No que se refere ao Conteúdo Programático, o Edital deve mencionar as matérias (tópicos) a serem cobrados dos Candidatos e não necessariamente todos os artigos ou leis que serão utilizados. No caso da questão em análise, o Edital foi claro ao mencionar que seria cobrado o tópico “Finanças e Orçamento Público”, sendo impossível cobrar dos candidatos conhecimento sobre o tema sem que seja abordada a Lei Federal nº 4.320/1964, pois esta é a norma legal que trata, exclusivamente, do tema, todas os Entes Públicos devem seguir os dispositivos da Lei Federal nº 4.320/1964 para a elaboração do orçamento público e demais normas de finanças públicas.



Diante do \_\_\_\_\_ exposto, e considerando que estava previsto no Edital o conhecimento de “Finanças e Orçamento Público” esta Banca decide negar provimento ao recurso e manter a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 18 - ESPECÍFICA TÉCNICO(A) DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**514241 Guilherme De Lima Schwaikartt. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** O Candidato alega que as respostas são diferentes do gabarito apresentado. Que a assertiva, da forma como está descrita, contraria o Manual da Presidência da República. Que a redação é incompleta porque não é possível deduzir a posição entre remetentes e destinatário. E que a questão deve ser anulada por erros em sua redação.

**Decisão: INDEFERIDO:** Analisando as afirmativas apresentadas, não há qualquer elemento que demonstre erro nas afirmativas, senão vejamos:

- I. O pronome de tratamento Vossa Excelência deve ser utilizado quando a comunicação oficial seja dirigida para Deputado Estadual ou Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

A afirmativa está em perfeita harmonia com o que dispõe o Manual de Redação Oficial:

**2.1.3. Emprego dos Pronomes de Tratamento**

Como visto, o emprego dos pronomes de tratamento obedece a secular tradição. São de uso consagrado: *Vossa Excelência*, para as seguintes autoridades:

**b) do Poder Legislativo:**

Deputados Federais e Senadores;

Ministros do Tribunal de Contas da União;

**Deputados Estaduais e Distritais; (Grifado)**

Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais;

**Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais. (Grifado)**

- II. A parte do documento oficial em que é reafirmada ou simplesmente reapresentada a posição recomendada sobre o assunto denomina-se desenvolvimento.

A afirmativa está incorreta porque a parte do documento oficial referida é denominada Conclusão:

– conclusão, em que é reafirmada ou simplesmente reapresentada a posição recomendada sobre o assunto.

- III. O fecho para as comunicações oficiais destinadas para autoridades superiores é respeitosamente.

A afirmativa está em perfeita harmonia com o que dispõe o Manual de Redação Oficial:

**2.2. Fechos para Comunicações**

**a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República: Respeitosamente,**

b) para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior: Atenciosamente,

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 19 - ESPECÍFICA TÉCNICO(A) DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**511864 Fabricio Velda Chiabotto Duarte. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** Candidato alega em síntese que o gabarito preliminar afirma que o uso da expressão "em anexo" empregado adverbialmente é recomendável nos documentos oficiais. Ocorre que eminentes gramáticos discordam do seu uso. Embora não seja gramaticalmente errada, devido a grande polêmica entre alguns dos maiores gramáticos brasileiros, esta expressão na verdade deve ser evitada. Solicito a anulação da questão.

**Decisão: INDEFERIDO:** Em que pese o argumento do Candidato de que alguns dos maiores gramáticos brasileiros condenam a utilização do termo "em anexo", tal expressão consta no Capítulo do Manual de Redação Oficial destinado para expressões a evitar e expressões de uso recomendado, tendo como única restrição seu uso repetitivo, vejamos:

**anexo/em anexo**

O adjetivo anexo concorda em gênero e número com o substantivo ao qual se refere: *Encaminho as minutas anexas. Dirigimos os anexos projetos à Chefia.* Use também *junto, apenso.* A locução adverbial *em anexo*, como é próprio aos advérbios, é invariável: **Encaminho as minutas em anexo (Grifado).** *Em anexo, dirigimos os projetos à Chefia.* Empregue também *conjuntamente, juntamente com.*

Diante do acima exposto esta Banca decide manter a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 19 - ESPECÍFICA TÉCNICO(A) DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**514241 Guilherme De Lima Schwaikartt. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** Candidato solicita alteração do gabarito porque a resposta correta seria a letra D.

**Decisão: INDEFERIDO:** Candidato solicita alteração do gabarito para a letra D e menciona o Decreto 4.176 onde consta as expressões "matéria a ser regulada" e "matéria deve ser regulada". Ocorre que o erro na alternativa D não está no uso da expressão "regulado" e sim na parte onde consta **"através de"**. Vejamos a razão pela qual o Manual de Redação Oficial recomenda que seja evitada a expressão utilizada na alternativa D:

**através de/por intermédio de**

*Através de quer dizer de lado a lado, por entre: A viagem incluía deslocamentos através de boa parte da floresta. **Evite o emprego com o sentido de meio ou instrumento (Grifado)**; nesse caso empregue por intermédio, por, mediante, por meio de, segundo, servindo-se de, valendo-se de: O projeto foi apresentado por intermédio do Departamento. **O assunto deve ser regulado por meio de decreto. (Grifado)** A comissão foi criada mediante portaria do Ministro de Estado.*

Diante do exposto, mantém-se a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 26 - ESPECÍFICA TÉCNICO(A) DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**514241 Guilherme De Lima Schwaikartt. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** Candidato solicita anulação da questão sob a alegação de que as alternativas A, B e D também estariam incorretas e, desta forma, respondem ao enunciado.

**Decisão: INDEFERIDO:** Candidato solicita anulação da questão sob a alegação de que as alternativas A, B e D também estariam incorretas e, desta forma, respondem ao enunciado. Vejamos cada uma delas:

A - Separar e destinar as correspondências recebidas aos demais setores.

Questão correta, sempre que um cidadão protocola um documento para um determinado setor, este deve ser entregue no departamento de protocolo, evitando o trânsito de pessoas em locais específicos dos servidores públicos e que a ausência do servidor não ocasione impossibilidade de entrega do documento. Para exemplificar, caso um cidadão remeta um documento para o Prefeito ou Secretário Municipal, tal documento deve ser apresentado no setor de protocolo, que, posteriormente, providenciará a entrega do documento ao destinatário.

B - Assegurar a centralização dos documentos entregues por cidadãos para a Administração Pública.

Questão correta, situação semelhante à mencionada na alternativa A, sempre que um cidadão protocola um documento para um determinado setor, este deve ser entregue no departamento de protocolo, evitando o trânsito de pessoas em locais específicos dos servidores públicos e que a ausência do servidor não ocasione impossibilidade de entrega do documento. Para exemplificar, caso um cidadão remeta um documento para o Prefeito ou Secretário Municipal, tal documento deve ser apresentado no setor de protocolo, que, posteriormente, providenciará a entrega do documento ao destinatário.

D - Inserir e assegurar o controle das datas dos documentos entregues por terceiros.

Questão correta, é fundamental que o departamento de protocolo de um Ente Público insira a data em que o documento foi entregue na repartição pública, como forma de verificar a tempestividade ou não da manifestação. Para exemplificar, a Secretaria Municipal da Fazenda emite um Auto de Infração para um determinado cidadão e concede a ele prazo de 30 (trinta) dias para defesa.

A única forma de saber se o documento foi entregue no prazo, quando da análise dos documentos, será a verificação da data colocada pelo departamento de protocolo.

Diante do exposto esta Banca decide manter a questão.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

**Questão 30 - ESPECÍFICA TÉCNICO(A) DE APOIO ADMINISTRATIVO**

**514241 Guilherme De Lima Schwaikartt. Técnico (a) de Apoio Administrativo**

**ALEGAÇÃO:** Candidato alega que além da alternativa B, as alternativas C e D também estão incorretas

**Decisão: INDEFERIDO:** Candidato solicita anulação da questão mencionando que as alternativas C e D estariam incorretas. Aqui percebe-se um equívoco por parte do candidato. Quando o enunciado pede a alternativa Incorreta, deve ser assinalado aquela que está em desacordo com a legislação. Uma simples análise das alternativa C e D demonstram que foram extraídas da legislação que rege o tema. Vejamos cada uma:

C - Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação disponível, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá prestar a informação, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, podendo ser prorrogado por até 10(dez) dias.

Candidato menciona os incisos I, II e III do art. 11 da referida legislação. Os incisos II e III tratam das hipóteses quando o Ente não possui a informação ou esta seja recusada. No inciso I o requerente deve ser cientificado, ou seja, em qualquer caso a manifestação do órgão ou entidade não poderá superar os

prazos mencionados na alternativa C, devendo prestar a informação (positiva ou negativa nos casos de impossibilidade ou recusa) no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez).

D - Os prazos máximos de restrição de acesso à informação reservada será de 5 (cinco) anos e vigora a partir da data de sua produção.

A alternativa D está em perfeita consonância com a legislação, o prazo somente será diverso na hipótese específica de informação que coloque em risco a segurança do Presidente e Vice ou seus familiares, exceção esta que não foi tratada no enunciado. Vejamos o texto legal:

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

§ 1º **Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção (Grifado)** e são os seguintes:

I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

II - secreta: 15 (quinze) anos; e

**III - reservada: 5 (cinco) anos. (Grifado)**

Diante do exposto acima, esta Banca decide negar provimento ao recurso e mantém questão e Gabarito.

**QUESTÃO MANTIDA**

---

Cordilheira Alta, 24 de janeiro de 2017

Carlos Alberto Tozzo  
Prefeito Municipal